

DISSIDÊNCIA

Parlamentares do União Brasil, MDB, Republicanos, PP, PSD e PDT reforçaram os votos da oposição em pautas essenciais para o Lula na CCJ da Câmara

DEPUTADOS DA BASE GOVERNISTAS QUE VOTARAM CONTRA O PALÁCIO DO PLANALTO

Deputados favoráveis a punir invasores de terras

UNIÃO BRASIL

- Alfredo Gaspar (AL)
- Arthur Maia (BA)
- Fernando Pessoa (CE)
- Mendonça Filho (PE)
- Yandra Moura (SE)
- Rafael Simões (MG)
- Paulo Azi (BA)

MDB

- Juarez Costa (MT)
- Olival Marques (PA)
- Cobalchini (SC)
- Sergio Souza (PR)

PDT

- Marcio Honaiser (MA)

PP

- Covatti Filho (RS)
- Tião Medeiros (PR)
- Pedro Lupion (PR)

PSD

- Zé Haroldo Cathedral (RR)

REPUBLICANOS

- Lafayette Andrada (MG)
- Ricardo Ayres (TO)
- Roberto Duarte (AC)
- Aluisio Mendes (MA)



Deputados favoráveis a estados legislar sobre armas

UNIÃO BRASIL

- Alfredo Gaspar (AL)
- Fernando Pessoa (CE)
- Rafael Simões (MG)
- Kim Kataguirí (SP)
- Delegado Marcelo (MG)
- Nicoletti (RR)
- Yandra Moura (SE)
- Rodrigo Valadares (SE)

MDB

- Juarez Costa (MT)
- Sergio Souza (PR)

PP

- Covatti Filho (RS)
- Mersinho Lucena (PB)
- Toninho Wandscheer (PR)
- Pedro Lupion (PR)

REPUBLICANOS

- Lafayette Andrada (MG)
- Marcelo Crivella (RJ)
- Ricardo Ayres (TO)
- Roberto Duarte (AC)

Valdo Virgo/CB/D.A Press

“Donos” de 11 pastas que jogam do outro lado

» EVANDRO ÉBOLI

Deputados de seis partidos da base do governo e que ocupam 11 ministérios na Esplanada foram imprescindíveis para ajudar a oposição a derrotar o Palácio do Planalto em duas votações seguidas e importantes na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara nesta semana. Esses parlamentares votaram a favor da punição a invasores de propriedades rurais e urbanas, no dia 23, e também foram favoráveis a autorizar que os estados legislem sobre liberação de armas, no dia seguinte.

Com o placar de 38 x 8, a comissão aprovou o projeto que impede que invasores de terra e prédios nas cidades tenham acesso a programas oficiais do governo, como acesso a auxílios e benefícios, e os proíbe de fazer concursos públicos e serem contratados para funções no governo por um período de oito anos. A orientação governista foi contrária a essa proposta. Ainda assim, 20 desses parlamentares de partidos aliados do Planalto votaram com a oposição. Votaram a favor do projeto, que criminaliza movimentos sociais, deputados do União (7), MDB (4), Republicanos (4), PP (3), PSD (1) e PDT (1). Os governistas registraram poucos votos, apenas oito, por terem optado por obstruir a sessão. Esses seis partidos que garantiram a vitória da oposição que estão em 11 ministérios na gestão Luiz Inácio Lula da Silva. O autor do projeto é o bolsorista Marcos Pollon (PL-MS), líder do movimento pró-armamento no país.

Aliança

Na votação do dia seguinte, mais apertada, por 34 a 30, o governo não conseguiu impedir que uma aliança entre bolsonaristas, bancada da bala e Centrão aprovasse proposta que retira da União a competência de legislar sobre armamento. Alinharam-se a favor desse projeto 18 deputados de quatro partidos governistas: União (8), MDB (4), PP (4), Republicanos (4) e MDB (2). A deputada Caroline de Toni (PL-SC), presidente da CCJ, é a autora dessa proposta.

As duas sessões que aprovaram essas matérias duraram horas, com debates calorosos, nos dois dias de votação. Os governistas apresentavam seus argumentos para tentar derrotar os adversários, mas o Planalto, dependendo da votação, caso dessas, não compõe maioria na CCJ. No projeto que libera armas, o deputado João Carlos Bacelar (PV-BA) orientou

Câmara dos Deputados



Há muitas terras devolutas para o movimento sem terra invadir à vontade, mas terra privada não é possível”

Lafayette Andrada (Republicanos-MG)

pelo governo e reagiu aos argumentos radicais da direita a favor de mais armamentos para a população.

“Discursos xenofóbicos da extrema direita nós ouvimos aqui todo dia. O horror que eles têm ao povo que veio da África, aos nordestinos, aos pobres, é um negócio de chamar a atenção do mundo. Trata-se de uma xenofobia que não existia no Brasil. Sentem-se superiores, têm arrogância e tendência à violência. Isso é muito triste, muito triste”, disse Bacelar.

O deputado Sergio Souza (MDB-PR), que votou a favor das armas, teve que dividir o tempo de fala do partido com a colega Laura Carneiro (PSD-RJ), que votou contra. Os dois são do mesmo bloco partidário. Souza justificou sua posição: “Veja só, o que se tem hoje no Brasil é quase um estado paralelo, pelo PCC, pelo Comando Vermelho. Em quase todos os estados brasileiros, nas unidades federativas brasileiras, há essas facções, há milícias, inclusive armas ilegais entram e circulam neste país. O meu estado, o Paraná, é um dos que mais entram armas vindas do

Paraguai, onde são vendidas até nas esquinas, de forma ilegal, e que irrigam o crime neste país.”

Laura Carneiro refutou e afirmou que o Supremo Tribunal Federal (STF) irá barrar a autorização pra estados a fazerem leis sobre liberação de armas. “Fui relatora do Estatuto do Desarmamento na Comissão de Segurança. Independentemente do mérito da matéria, ela é absolutamente inconstitucional. E se nós não vencermos isso aqui, será pior. O Supremo (STF) vai vencer por nós uma decisão como essa.”

Na votação do texto que atinge em cheio o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por punir ocupações de terra, o líder da bancada ruralista na Câmara, mas integrante do PP, Pedro Lupion (PR), votou a favor e disse que não estão tratando de qualquer “coitadismo ou vitimismo”. “Nós estamos falando de crime de invasão de propriedade alheia, de invasão de propriedade produtiva. Exemplo disso são as falas do próprio MST esta semana no sentido de que vai continuar o movimento cuja meta era

atingir 50 invasões em abril e botar sua visão política do processo e fazer a pressão política no governo”, disse.

Lafayette Andrada (Republicanos-MG), outro teoricamente da base do Planalto, votou a favor do projeto que criminaliza invasões. “Crime tem que ser punido, e é preciso desincentivar a invasão de terras privadas. Há muitas terras devolutas para o movimento sem terra invadir à vontade, mas terra privada não é possível”, afirmou.

Os 11 ministros desses seis partidos com deputados “dissidentes” estão distribuídos assim na Esplanada: União tem três ministros no governo — Celso Sabino (Turismo), Juscelino Filho (Comunicações) e Waldez Goes (Desenvolvimento Regional); o MDB, outros três — Simone Tebet (Planejamento), Renan Filho (Transporte) e Jader Filho (Cidades); o PSD conta com três ministros — Carlos Fávaro (Agricultura), Alexandre Silveira (Minas e Energia) e André de Paula (Pesca e Aquicultura); o Republicanos tem um, Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos); e o PP também um, André Fufuca (Esportes).

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Queda de braço que vale R\$ 110 bilhões

Desonerações, DPVAT, Perse, essa é a agenda da discórdia do governo Lula com o Congresso. A queda de braço vale R\$ 110 bilhões em arrecadação e/ou incentivos fiscais. O Senado aprovou nesta terça-feira o projeto que prorroga o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), com incentivos fiscais que chegam a R\$ 15 bilhões. O texto não sofreu mudanças em relação ao que foi votado pelos deputados e, como já foi aprovado pela Câmara, seguirá para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O Perse foi criado para auxiliar profissionais que trabalham com eventos, por meio de isenção fiscal, em 2021, durante a pandemia. O governo queria substituí-lo por outro projeto, mas teve aceitar a prorrogação até 2026 num acordo com a Câmara.

O programa zera a alíquota de quatro tributos, inclusive do Imposto de Renda, de hotéis, bares, bufês, agências de viagem e de produções musicais, entre outras atividades ligadas ao turismo, cultura e lazer. Forçado a aceitar a prorrogação, o governo negociou a redução dos beneficiados de 40 para 30 setores.

Foram excluídos albergues, exceto assistenciais; campings; pensões (alojamento); produtora de filmes para publicidade; serviços de reservas e outros serviços de turismo; serviço de transporte de passageiros e locação de automóveis com motorista; e excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional.

Antes da votação, a relatora, senadora Daniela Ribeiro (PP-PB), tentou uma emenda para corrigir pela inflação o saldo do programa, que vigorará até 2026, mas desistiu porque a matéria voltaria para a Câmara.

Outra queda de braço é aprovação do DPVAT, aquele seguro de indenização de acidentes de trânsito, que voltaria a ser obrigatório. Pode representar um aumento de arrecadação de R\$ 15 bilhões para o Tesouro, mas subiu no telhado ontem, quando a proposta, já aprovada pela Câmara, seria apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

O senador Davi Alcolumbre (União-AP), aliado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que preside a comissão, adiou a sessão da CCJ para a próxima semana. O governo conta com esses recursos para fechar as suas contas. O adiamento ocorreu após o presidente do Senado se recusar a participar de uma negociação com os líderes do governo sobre o assunto.

Na verdade, Pacheco ainda está engasgado com o fato de ter sido avisado de que o governo havia entrado com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia, no mesmo momento em que estava reunido com os líderes do Congresso para discutir um possível acordo sobre a prorrogação dessas desonerações. Disse que foi um “erro primário” do governo recorrer ao Supremo durante uma negociação em pleno curso. Ou seja, levou uma bola nas costas e não gostou.

A regra permite que empresas de 17 setores substituam a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários dos empregados, por uma alíquota sobre a receita bruta do empreendimento, que varia de 1% a 4,5%, de acordo com o setor e serviço prestado. Estima-se que a medida pode gerar 8,9 milhões de empregos formais diretos, além de outros milhões de postos de trabalho na cadeia produtiva dessas empresas. A proposta foi vetada integralmente pelo presidente Lula, mas os vetos foram derrubados pelo Congresso. Inconformado, Lula recorreu ao Supremo. Ganhou uma liminar do ministro Cristiano Zanin a favor da suspensão, mas o Senado recorreu ao plenário da Corte.

Até agora, o governo está vencendo por 5 a 0, mas o ministro Luiz Fux pediu vistas e suspendeu o julgamento. Há tempo para que as negociações sejam retomadas e um acordo seja feito. No âmbito da própria Corte, a decisão pode ser mitigada, de maneira a se tornar mais palatável para o Congresso, mas para isso precisaria haver um entendimento entre os cinco ministros que já votaram, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso, Flávio Dino e Edson Fachin, além de Zanin, e os seis que restam: Fux, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, André Mendonça e Nunes Marques. Mas é jogo jogado, dificilmente haverá uma virada na votação.

Entretanto, a decisão do Supremo não resolverá o problema político com o Congresso, pelo contrário, se derrubar as desonerações, como é a tendência, ampliará o descontentamento. A interpretação dos líderes do Congresso, entre os quais os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), é de que houve uma articulação do governo com ministros do Supremo para uma espécie de freio de arrumação na derrubada sistemática dos vetos presidenciais. Esse suposto pacto é negado nos bastidores do Palácio do Planalto, mas é aquela história das bruxarias: “No creio em brujas, pero que las hay, las hay!”

Há que se considerar também a forte pressão dos setores empresariais beneficiados pelas desonerações, sem falar dos prefeitos de milhares de 5.104 pequenos municípios com menos de 156,2 mil habitantes. Maio é o mês da tradicional Marcha dos Prefeitos a Brasília, marcada para os próximos dias 20 a 23. A indústria tradicional, os setores de tecnologia, transportes e comunicação e a construção civil, beneficiados pelas desonerações, fazem intenso lobby para mantê-las. A interrupção do julgamento, porém, abriu uma janela para o entendimento entre o Congresso e o governo que pode dar ao imbróglum um final feliz.

ESSE PACTO COM O SUPREMO É NEGADO NOS BASTIDORES DO PALÁCIO DO PLANALTO, MAS É AQUELA HISTÓRIA DAS BRUXARIAS: “NO CREIO EN BRUJAS, PERO QUE LAS HAY, LAS HAY!”